

ANTROPOLOGIA E EDUCAÇÃO: EXPERIÊNCIAS ETNOGRÁFICAS COM MULHERES QUILOMBOLAS NOS QUILOMBOS DE CAPOEIRAS E SÍTIO GROSSOS NO RIO GRANDE DO NORTE¹.

Ivanildo Antonio de Lima - UFRN

RESUMO: Este artigo tem a intenção de dialogar sobre a luta encabeçada por mulheres quilombolas em defesa da educação nas comunidades quilombolas de Capoeiras e Grossos localizadas no Rio Grande do Norte, tendo como fio condutor pensar os sentidos das práticas educativas voltadas para a diversidade e dando conta da aproximação entre as perspectivas históricas e as vivências cotidianas das comunidades quilombolas e a busca por uma educação de qualidade. O referido texto promove um diálogo entre antropologia e educação, tendo como base entrevistas com mulheres dessas comunidades remanescentes de quilombos do estado, pontuando alguns direcionamentos e demandas referentes ao debate sobre o acesso de políticas públicas que garantam uma educação diferenciada como reza as normas, leis e decretos para as comunidades quilombolas.

Palavras – chave: Antropologia; Educação; Comunidades Quilombolas.

ANTROPOLOGIA, EDUCAÇÃO E A ETNOGRAFIA: DIÁLOGOS E APROXIMAÇÕES E O TRABALHO

Este artigo tem a intenção de dialogar sobre a luta de mulheres lideranças quilombolas em defesa da educação em comunidades quilombolas do Rio Grande do Norte. Tendo como fio condutor pensar os sentidos das práticas educativas voltadas para a diversidade, dando conta da aproximação entre as perspectivas históricas e vivências cotidianas das comunidades quilombolas na busca por uma educação de qualidade. O referido texto promove um diálogo entre antropologia e educação, tendo como base entrevistas com mulheres de duas comunidades remanescentes de quilombos do estado, Capoeiras e Sítio Grossos, ambas localizadas respectivamente nas cidades de Macaíba e Bom Jesus, pontuando alguns direcionamentos e demandas referentes ao acesso de

¹ Trabalho apresentado na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

políticas públicas que garantam uma educação diferenciada como reza as normas, leis e decretos para as comunidades quilombolas².

O debate que vem sendo produzido entre a Antropologia e a Educação, segundo alguns estudiosos, não é algo recente, uma aproximação que vem acontecendo desde a década de 70. Pereira (2017) discorre que a relação entre a antropologia e a educação tem o desafio de dialogar com um campo que não se conhece tão bem, uma vez que, a educação não é um campo privilegiado para a antropologia. Há nesse contexto, uma deslegitimação “e certas hierarquizações entre os campos de saberes que atribui a condição de ciência à antropologia, e de prática à educação” (PEREIRA, 2017; p.151), discussão que não acontece de forma isolada de um contexto sócio-histórico de desenvolvimento das ciências, nem livre de disputas acadêmicas (BOURDIEU, 2004).

O encontro interdisciplinar entre os dois campos de conhecimento promove uma reflexão sobre o contato com o outro e com as diferenças (PEREIRA, 2017). A questão das diferenças para a ser um campo privilegiado de discussão para a antropologia e a educação, embora o debate não ocorra de forma tão simples, uma vez que, universos raciais, étnicos, sociais e de gênero atuam como desafios que acabam refletindo sobre metas e interferindo em processos mais universalizantes e democráticos, gerando mudanças e questões que merecem serem observadas pelos estudiosos, uma vez que, são preocupações que estão enraizadas no interior das disciplinas. Nesse sentido, para além da pesquisa acadêmica e da reflexão teórica, a antropologia pode também contribuir imensamente para uma discussão pública sobre essas questões, analisando as aproximações e avanços nas possibilidades etnográficas de pensar a educação e todas as questões que permeiam o contexto educativo.

Para Andrade (2013) a educação é um conjunto de reflexões, desejos e intervenções sobre a nossa convivência e meio pelos quais nos transformamos naquilo que somos. Ela é sempre múltipla, diversa, variada, caracterizada como um processo uniforme, onde cada indivíduo recebe influência da educação de forma distinta, pessoal e intransferível, do modo que nunca percebemos que estamos vivenciando processos educativos, ocorrendo em todos os lugares. A educação é um direito humano e como vocação humana, busca superar a condição de existência no mundo, faz o ser humano

² O artigo foi pensado tomando por base dados retirados de uma pesquisa de Doutorado ainda em andamento, intitulada: “FAZENDO A LUTA”: TRAJETÓRIAS, RESISTÊNCIAS E LUTAS DE MULHERES LIDERANÇAS QUILOMBOLAS NO RIO GRANDE DO NORTE.

querer “ser mais” Dessa forma, ao utiliza-se do seu trabalho, o ser humano transforma a natureza e convive em sociedade, fazendo História, transformando o mundo, a partir de uma atuação permanente e ativa (HADDAD, 2004).

Segundo Gusmão (1997) uma aproximação da educação com os alinhamentos teóricos, avanços e limites do pensamento antropológico, são ferramentas para perceber a importância da observação dos fatos e do presente do debate entre as duas disciplinas. Esse contato é encarado pelos estudiosos como instrumento para lidar com a superação de estigmas e preconceitos presente nas fronteiras entre as duas áreas de conhecimento e vem colocando a antropologia como ciência e a pedagogia como prática. Oliveira, Boin e Búrigo (2018), observando o campo do ponto de vista metodológico, pontuam que o recente contato a entre a antropologia e a educação vem sendo produzido graças ao uso corriqueiro de abordagens qualitativas e quantitativas nas pesquisas, combinadas com metodologias de pesquisas que misturam o processo investigativo e outras ferramentas utilizadas pelas ciências humanas, como: história oral, autobiografias, entrevistas. O antropólogo sendo um elemento “estranho” e muitas vezes indesejado dentro do debate sobre o contexto escolar, vem tornar claro os processos de interação e sociabilidades vivenciadas dentro da realidade escolar, tornando visíveis elementos despercebidos por outras abordagens metodológicas. Gusmão (1997), reforça o dentro da perspectiva antropológica a alteridade, que se traduz num exercício de colocar-se no lugar do outro, de ver as coisas como os outros grupos veem, num campo que é estranho aos nossos olhares, principalmente dentro de uma nova seara, que é o campo da educação.

Os estudiosos destacam que os avanços das políticas educacionais voltadas para a diversidade, acompanhadas de ações que permitiram o acesso à escola para as populações tradicionais (indígenas e quilombolas) com garantias dos direitos de uma educação diferenciada para essas populações foram primordiais para a visibilidade de uma antropologia da educação redesenhada para pensar essas minorias, desenvolvendo pesquisas em contextos escolares, atuando na produção de conhecimentos que contemplem os saberes e as tradições das comunidades e povos tradicionais.

A etnografia, observada com uma forma de produção de conhecimento, possibilita novas formas de olhar para a escola e todo o processo que envolve os indivíduos presentes dentro do contexto educacional. Do ponto de vista da educação, o encontro com as ciências sociais, direciona o olhar dos estudiosos sobre a escola, para além das práticas

pedagógicas, permitindo um direcionamento da análise para os aspectos que ultrapassam a transmissão do conhecimento, lançando olhar para às diferentes relações que são estabelecidas no interior e exterior do ambiente escolar.

Gusmão (1997) aponta o trabalho de campo e todo o seu rigor científico, obedecendo ao conjunto de sistemática que exige do pesquisador um olhar para uma dada sociedade ou grupo, buscando traduzir as representações que esses indivíduos têm de suas sociedades, utilizando-se de seus próprios termos. Para ela, a cultura é o elemento central para a compreensão das práticas humanas e interpretação da vida dos sujeitos pesquisados. Já Pereira (2017), afirma que o contato de estudiosos com a etnografia deve ser orientado por uma boa formação teórica do pesquisador, com um aparato científico denso e referencial teórico de outras etnografias realizadas em diferentes sociedades e práticas culturais diferentes. Assim, por meio do contato do pesquisador com seus interlocutores, surgem interpretações das experiências obtidas em contato com as comunidades e conclusões que nos ajudam a compreender as relações estabelecidas entre essas duas áreas do conhecimento.

Para Pereira (2017), a junção entre etnografia e educação pode direcionar à análise para uma melhor percepção e reflexão sobre a atuação do Estado, partindo de suas margens, proporcionando aos estudiosos uma melhor forma de observar com as políticas públicas são geridas pelo Estado-Nação. Candau (2012) ressalta que a partir dos anos de 1990, várias políticas, programas vêm sendo criadas como demandas para o reconhecimento da diversidade. Elas surgem em respostas as lutas dos movimentos sociais e vem sendo discutidas entre educadores e sociedade em geral. São políticas que são caracterizadas como políticas de igualdade e de reconhecimento à diversidade, mas são criticadas no sentido, de serem reconhecidas por estar indo de contramão ao movimento, sem rumo, e sem articulação com as demandas que são requeridas pelos movimentos sociais e não respeitando o contexto diverso que compreende o ambiente escolar vivenciado no século XXI.

O contexto de retrocessos referente ao acesso a políticas públicas pelas populações quilombolas, principalmente, na educação, surge a preocupação de abordar sobre a escola e o acesso à educação quilombola dentro dos territórios do Rio Grande do Norte. Luta que vem sendo discutida nos espaços de diálogos e em negociações com as instâncias municipais estaduais e federais na perspectiva de organizar uma escola que esteja em

permanente diálogo com a cultura e a história dos territórios quilombolas ocupados por essas populações há séculos.

A etnografia aqui apresentada, é resultado do diálogo que vem se estabelecendo desde 2020 com mulheres que atuam como lideranças em duas comunidades quilombolas do Rio Grande do Norte. São lideranças das comunidades quilombolas de: Capoeiras (Macaíba), Grossos (Bom Jesus) que vem atuando com destaque dentro do Movimento quilombola do RN, desde o início dos anos 2000, ano de efervescência de uma retomada e redescoberta de populações quilombolas no estado. O exercício etnográfico se fundamenta no sentido de dialogar sobre identidades negras na luta por uma educação quilombola escolar numa perspectiva na busca compreender os modos como instituições de ensino e o estado lidam com políticas públicas para a negritude. Do mesmo modo, apresenta um contexto de luta que se fortalece no sentido de somar aos currículos e práticas escolares elementos que dialoguem com identidade negra e promova uma reflexão sobre o papel da escola, os conflitos e as agências, articulados pelos diferentes marcadores sociais que os atravessam (HALL, 2006).

Portanto, etnografia que se segue é um caminho metodológico, um diálogo com encontros e desencontros produzidos a partir do contato com as mulheres negras no campo e na luta por educação de qualidade, apresentando tensões, discursos e percepções do pesquisador no decorrer do trabalho de campo. Considerando a educação como um fenômeno da vida humana que não se restringe ao ambiente da educação formal e não se reduz a ela (ANDRADE, 2013), procuramos abordar aspectos da luta quilombola por uma educação quilombola³, pontuando os direcionamentos, demandas de suas comunidades ao acesso de uma educação diferenciada como manda as normas, leis e decretos que estão vigentes desde a elaboração da Constituição Brasileira de 1988, mas não chegam aos territórios quilombolas.

³ Segundo Da Cruz e Rodrigues (2017) As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Quilombola na Educação Básica (BRASIL, 2012), é resultado de um debate histórico dos grupos quilombolas por uma educação específica. De acordo com o caráter normativo, essas diretrizes foram construídas a partir da Conferência Nacional de Educação de 2010, que definiu à educação quilombola como uma das etapas da educação básica, exigindo a formação de uma política curricular específica que seja orientada pelo Parecer CNE/CP nº 3/2004 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História Afro-Brasileira e Africana. No documento privilegia a garantia de formação de professoras e professores quilombolas, a flexibilização do calendário escolar, a construção de um Projeto Político Pedagógico coletivo e específico e a autogestão da escola pelos quilombolas (MEC, 2014).

TRAJETÓRIAS FEMININAS: O COTIDIANO E A ESCOLA.

A mulher tem grande importância na organização cotidiana e na transmissão dos saberes nas comunidades remanescentes de quilombos. Alguns estudos recentes, reforçam a mulher vinculada na produção do seu sustento, de sua família e comunidade, ela é grande protagonista dentro dos territórios, atuando na tomada de decisões e conduzindo as demandas locais, tendo destaque nos ambientes internos e externos das comunidades. O território tem uma intensa relação com as lideranças, observam-se também um vínculo muito forte com as casas e com a história local.

Nas falas das interlocutoras, percebe-se a importância que estas dão as residências, locais onde as relações são estabelecidas, nascem e criam os filhos. No território se constroem os laços familiares⁴. As mulheres vêm se destacando na luta pelo direito ao território ocupado de forma coletiva, processo que significa mais que uma reparação histórica, tendo como objetivo a promoção da dignidade humana das populações quilombolas (CARMO E FERREIRA, 2020).

Nas comunidades quilombolas, as mulheres têm se voltado para a produção do seu sustento, de sua família e da comunidade. Nesse sentido, é importante refletir sobre o papel da mulher nas comunidades quilombolas, pois elas são elementos-chave para pensar no estabelecimento de relações sociais e diálogo com a sociedade envolvente. Assumindo o posto de lideranças, as mulheres, tomam à frente da administração dessas comunidades, tornando-se responsáveis “pela disseminação dos valores e manutenção das tradições culturais, passando às novas gerações tudo o que aprenderam e o que querem preservar” (CARMO E FERREIRA, 2020: p.295).

Miranda (2014) aponta dentro da nova organização social dos quilombos que as mulheres vêm se consolidando à frente do processo de tomada de decisão, uma reconstrução dos papéis sociais femininos que vem possibilitando o acesso de mulheres às mediações, bem como a integração dessas sujeitas ao processo de lutas, vista como meio da reconstrução global das relações sociais como um todo. Há uma significativa adesão de mulheres na esfera política e organizativa das comunidades, atuando em pé de

⁴ Por outro lado, o processo de emergência étnica, que promoveu o reconhecimento das comunidades como quilombolas no Rio Grande do Norte é considerado um fator histórico, porque junto com a certificação dessas populações tradicionais houve uma visibilidade social, além disso, permitiu que todos os povos podem conhecer sua história e respeitar sua cultura e lutar por direitos garantidos por vias constitucionais.

igualdade com a figura masculina. Vale destacar segundo relato das interlocutoras que umas das principais dificuldades é a saída dos lares, onde requer muitas das vezes um processo de negociação, principalmente com a figura masculina.

Nota-se que homens e mulheres estão inseridos na luta por melhorias, trabalhando e ocupando funções políticas, sociais, econômicas e religiosas dentro dos territórios pesquisados. A luta diária, tem dado destaque às mulheres pela atuação na educação, na religião, nas atividades culturais, na gestão pública e na política. Uma mobilidade entre os espaços que ultrapassam o ambiente privado (a casa) ao público (rua), citando o exemplo de Maria Barbosa, que desde os anos 2000 atua na militância do Movimento Negro e Quilombola do Rio Grande do Norte, atuando no debate sobre a população quilombola dentro e fora do estado.

As trajetórias dessas lideranças quilombolas diante das dificuldades pelo acesso à educação no tempo que as políticas públicas pouco chegavam os seus territórios, como pontua Rosilda Santos, liderança quilombola de Sítio Grossos:

A gente vivia uma dificuldade grande para estudar, tinha que ir para Bom Jesus, muitas vezes se deslocando a pé para que estudar, enfrentando chuva sol e muitas vezes tinha que deixar de estudar para trabalhar e ajudar na renda da família em natal, nas casas de família. Era uma dificuldade grande. (Rosilda Santos – Liderança quilombola de Sítio Grossos – Bom Jesus)

Quando eu completei 15 a anos, fui trabalhar em Natal, deixei de estudar. Tive que abandonar quando tinha concluído a 4º série, mas iniciei a antiga 5º série. Daí eu gostava de ler eu gostava de assistir jornais, eu gostava de acompanhar revista e me deu aquele estalo que eu disse: Eu posso sim ajudar a minha comunidade, eu posso lutar para que muitos não passem pelas mesmas coisas que eu passei. (Maria das Graças Barbosa – Liderança Quilombola de Capoeiras)

As adversidades quanto ao acesso à escola, muitas vezes levando essas sujeitas a deslocarem-se para outros locais e o abandono escolar que perpassa a história de muitos moradores dessas comunidades, foram uma das motivações que levaram essas sujeitas a posicionarem-se e ocupar um lugar dentro do movimento e na luta pela educação quilombola, principalmente para garantir a educação que as leis, normas e decretos preveem para as áreas remanescentes de quilombo. São mulheres negras que vem travando uma luta em torno da superação do racismo, das lutas por melhorias das políticas

públicas e pelo reconhecimento de seus territórios, numa luta que vem desde os seus ancestrais.

São mulheres que circulam por espaços de discussão, tanto na esfera local e nacional, em diálogo com movimentos sociais, instituições de ensino e órgão do Estado, participando de rodas de conversas, formações, seminários, palestras, congressos, projetos de extensão levando toda experiência da vida nas comunidades e pensando na melhoria de políticas de saúde, educação, moradia e trabalho. Mas o grande saber que essas mulheres carregam em suas trajetórias não são oriundos somente da vivência dentro de um movimento quilombola, são resultados da participação atuante em suas comunidades, participando também da organização social dos territórios. O conhecimento que essas lideranças carregam são produtos de um conhecimento ancestral, vindo da vivência com os mais velhos, na rotina diária no interior de seus quilombos.

Vale pontuar que estas mulheres há pouco tempo, ocupavam-se nas atividades de casa, na esfera doméstica e hoje percebe-se um rearranjo na história social. Hoje essas mulheres acrescentaram nas suas responsabilidades, a responsabilidade pelas demandas políticas da comunidade. As entrevistas apontam, embora elas ocupem espaços de lideranças, antes exercidas pelos homens, alguns continuam exercendo papel na organização e nas posições de lideranças. Porém, admite-se que à posição ocupada pelas mulheres foi estabelecendo um alargamento das posições tradicionais, onde a liderança da mulher tornou papel de destaque. A posição das mulheres em espaço de liderança dentro das comunidades quilombolas, não compreende apenas a atuação delas nos espaços das associações, atuando em outros cargos importantes.

Elas vêm exercendo papéis de liderança e de destaque dentro de seus grupos de pertencimento, atuando como coordenadoras, participando de comissões e são presidentes de Associações de Moradores e vem se articulando nas discussões com Secretaria de Promoção de Políticas Públicas para Igualdade Racial (COEPIR), com a coordenação da COEQUI (Coordenação Estadual de Quilombos) que atua no caso das regulamentações de terras, juntamente com o INCRA. Deve-se enfatizar que nesse contexto, o papel das lideranças femininas vem no sentido debater e reivindicar aos órgãos municipais e estaduais, o acesso a políticas públicas de saúde, educação, meio ambiente, dentre outros que envolvem a questão das comunidades quilombolas. São sujeitas que comandam lutas pelo reconhecimento, e, também, assumem o papel de

dirigentes destas comunidades. Desta forma, fica marcada a sua condição de agentes facilitadoras de um processo de construção de uma comunidade sustentável.

Quando tomamos o tempo como referência, observa-se na fala das sujeitas a intensa relação que mantém com o trabalho. Muitas, desde criança, deixaram suas residências e foram obrigadas a planejar suas vidas a partir das atividades domésticas. A atividades nas “casas de família” foram o pontapé inicial para a chegada da universidade, como ocorreu com Rosilda Santos e Maria Barbosa, lideranças que são graduadas em Serviço Social que através do trabalho doméstico chegaram aos bancos das universidades. A atividade remunerada com o trabalho doméstico, segundo as interlocutoras é uma das principais fontes de renda das comunidades, uma modalidade de trabalho como forma para complementar a renda familiar que se estrutura nas atividades agrícolas, principalmente com a pecuária e a agricultura de subsistência.

Além disso, é notável a valorização da escolarização pelas mulheres quilombolas e ao mesmo tempo como esta é negada através de décadas até os dias atuais. Segundo as falas das interlocutoras, as políticas públicas destinadas as comunidades quilombolas teriam mais sucesso se dentro dos municípios fossem criadas coordenadorias de promoção em igualdade racial, como ponto de estratégia para se pensar na execução de ideias e na administração dos recursos e recursos políticas para essa população tradicional⁵.

Portanto, o exercício que propõe esse contato etnográfico do antropólogo com estas mulheres negras, busca dar visibilidade às lutas quilombolas, no sentido de relatar a união de pontos comuns à luta do Movimento Quilombola Estadual para terem suas demandas por educação, atendidas. Vale destacar que essas sujeitas entendem que as atitudes discriminatórias ainda insistem e permanecem nos espaços sócio-políticos, percebendo o campo político como espaço de encontros diários, tensões, conflitos, jogos de poder, disputas que dificultam a convivência e o respeito às diferenças.

⁵ A criação de coordenadorias de promoção e igualdade racial, foi um ponto bastante discutido durante duas oportunidades que tivemos de acompanhar as lideranças quilombolas em conferências realizadas nas cidades de Macaíba e Bom Jesus, em março deste ano. A criação do órgão foi discutida, tanto pelas autoridades estaduais presentes, quanto pelas lideranças quilombolas que estiveram nesses eventos como uma possibilidade de facilitar o diálogo entre as comunidades em relação ao acesso dessas populações em políticas de saúde, trabalho, habitação e educação.

MULHERES QUILOMBOLAS E A LUTA POR EDUCAÇÃO

No Brasil, o processo de conquista direitos é uma construção recente, e a luta por direitos relativos à justiça e a educação estão presentes em todo o processo de histórico e de formação da sociedade. Gomes (2018) reforça que se não fosse à luta do Movimento Negro muitos dos avanços garantidos em relação políticas públicas e muitas produções sobre a temática racial e africana não teria se construído, principalmente políticas que tem como referência à educação. Já Da Cruz e Rodrigues (2017) assinala que existem reivindicações dos movimentos quilombolas e negros para uma agenda atuante na luta para o reconhecimento da diversidade, principalmente na diversidade de sujeitos históricos, de vivências e de culturas.

O cenário político atual, observamos um país cada vez mais atravessado por ideias conservadoras e capitalistas que acabam interferindo nas relações sociais e de poder, traduzindo-se numa arena política de onde reverberam desigualdades e exclusão, principalmente das populações tradicionais que deram origem a sociedade brasileira. Soma-se a esta arena política excludente à negação de direitos e entraves que discriminam os povos e culturas tradicionais, principalmente, em políticas públicas referentes à educação e o acesso dessas populações ao ambiente escolar.

Segundo Oliveira (2020) pesquisadores/as vêm sinalizando o silenciamento das instituições escolares e a constatare omissão diante de assuntos que dialoguem sobre as dinâmicas locais, questionando as ausências sobre o debate das comunidades quilombolas e outros grupos tradicionais como espaços de luta e resistência. Por outro lado, os estudiosos, vem cobrando e incentivando processos de desconstrução da escola, reforçando a incorporação de forma estruturante em seus currículos, cobrando um olhar minucioso e presente para a memória, história e culturas locais.

Carmo e Ferreira (2020) relata que a história da população negra e afrodescendente no Brasil demonstra que, apesar dos avanços nas melhorias políticas sociais e de educação, observa-se uma acentuada desigualdade racial que persiste através de novas formas de manifestações de preconceitos, racismo, exclusão escolar, social e na política, bem como, no acesso e permanência de negros nas Universidades e outros espaços. Nesse sentido passa-se a pensar num “um projeto de educação quilombola que revele e supere as representações e práticas que separam os sujeitos de suas culturas,

racionalizando os usos do espaço” (CARRIL, 2017: p.556-557). Por outro lado, a expansão do sistema e a presença dos diversos grupos sociais e culturais na escola, acentuaram e tornaram visíveis a heterogeneidade dos resultados, elevados índices de evasão e fracasso escolar, a distorção idade-série, desses sujeitos e grupos, demonstraram o despreparo da escola e promoveram o debate sobre uma educação de qualidade.

Santos e Vieira (2019) destaca em relação a lei sobre a educação, que a LDB nº 9394/96, foi a primeira lei educacional brasileira a incorporar e construir uma política pública de educação voltada para o âmbito da diversidade e diferença, no exercício de combater a ideia que a questão racial é uma tarefa restrita aos professores e professoras, excluindo todo os outros agentes participantes do processo escolar. A lei atua na perspectiva de uma construção dos saberes escolares com ênfase na importância da convivência com a diferença, atuando no combate à exclusão, presentes em discursos e imagens que se elabora sobre o negro. Nesse sentido, convocam o Estado a pensar em políticas em educação que avancem no sentido de promoção de processos de Ensino-Aprendizagem, um olhar mais próximo da cultura, versando as diferenças em diálogo com as comunidades tradicionais. Do mesmo modo que sabemos que a escola vem se distanciando de um processo de ensino voltado ao diálogo entre o conhecimento ensinado e a cultura de origem dos alunos. Não pensar homogeneamente, mas orientar sobre o processo que está em jogo no âmbito da educação é o confronto entre diferentes formas de perceber às relações entre educação, escola e sociedade.

Sabemos que os movimentos sociais são produtores de um conhecimento que vem sendo formulado através da luta. Um conhecimento que moldam os indivíduos e suas representações no que diz respeito a temáticas e fatos que compreendem a luta diária, sendo imprescindíveis para dar suporte as demandas, argumentos e reivindicações. De acordo com Gomes (2019) os conhecimentos adquiridos dentro dos movimentos sociais, principalmente no Movimento Negro não se estabelece somente na luta, ele acaba aglutinando em seu espaço demandas que são voltadas para a constituição de novos atores políticos e na composição de novas formas de conhecimentos que agreguem ao movimento.

Por outro lado, a entrada dessas mulheres no ambiente universitário, aglutinou o debate sobre políticas públicas com o conhecimento acadêmico. As militantes e lideranças quilombolas, no espaço da universidade, adensam seu conhecimento em

direção ao que se aprende na academia e procuram agregar as lutas políticas. Elas percebem que a escola não deve mais atuar perante os alunos com discursos que sustentem uma ideologia onde todos são iguais, reforçando uma neutralidade em seus conteúdos curriculares⁶. Daí pensar o atual cenário da luta quilombola, por educação, no Rio Grande do Norte surge nesse sentido, de pensar como as escolas instaladas nas comunidades quilombolas podem atuar e se inserir num universo de uma educação pautada no reconhecimento das especificidades dos indivíduos locais e da sua identidade com o território que ocupam.

Sabemos que nas comunidades quilombolas do Estado, a educação é ofertada na modalidade de Ensino Básico, compreendendo escolas que atendem uma clientela pertencente aos Ensino Infantil e Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano). Muitas delas convivem com a falta de infraestrutura e equipes de profissionais capacitados, o que acaba refletindo sobre o processo de ensino como um todo. Somam-se a esse contexto de abandono, o descaso das prefeituras locais e as secretarias de educação em garantir às demandas exigidas por lei. Nesse sentido surge o debate sobre a luta de implementar as demandas de uma educação quilombola de qualidade, encabeçada por mulheres que viveram um processo de exclusão do ambiente escola e pela falta de acesso a políticas públicas.

No âmbito dos debates, reuniões, conferências e encontro com os movimentos sociais e o Estado, as mulheres quilombolas vem assumindo essas demandas políticas e passam a reivindicar perante o estado o cumprimento de direitos referentes às políticas educacionais para os territórios quilombolas, ao mesmo tempo, demonstram insatisfeitas pelo não cumprimento de seus direitos garantidos por vias constitucionais. Elas atuam em defesa de uma educação que reforça o papel da escola como espaço de sociabilidades, um espaço sociocultural e avançam na discussão para inclusão de uma educação quilombola voltada para ações cotidianas do grupo, com ênfase no resgate do protagonismo local, buscando centralizar sujeitos locais na história enquanto atores sociais. O debate trazido em torno das implicações sobre o direito à educação, dentro do movimento quilombola e

⁶ Segundo Carril (2017) um dos avanços para o combate a neutralidade e ao discurso de igualdade na educação, ocorre no âmbito das políticas afirmativas, com a aprovação da resolução n. 8, de 20 de novembro de 2012, que deu origem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica (doravante DCN)

outras instâncias têm como ponto de referência a família, os diferentes espaços de educação não formal, bem como, ampliando o debate para as organizações da sociedade civil e os movimentos sociais.

Uma vez participando de atividades alusivas no Dia da Consciência Negra na Comunidade de Grossos, Bom Jesus, percebi nas falas de Cândido Junior e Elisabeth Lima, ativistas do Movimento Quilombola, uma preocupação em defesa da educação quilombola, a mesma preocupação de outras comunidades quilombolas do Estado com as gerações futuras e o andamento lento das políticas referentes a educação nas comunidades, uma preocupação voltada para as prefeituras que desconhecem à educação voltada para o reconhecimento à valores locais, como mandam os documentos oficiais.

A literatura e os dispositivos legais sinalizam a valorização da identidade no ambiente escolar, pleiteando os grupos quilombolas e indicando que a escola incorpore novos conteúdos e cumpra o que propõe a Lei 10.639/03⁷ que trata da história e cultura afro-brasileira e africana, conforme as orientações das Diretrizes Nacionais para Educação Escolar Quilombola, pontuando o lugar da diferença nessa instituição, saindo em defesa de uma escola que pensa na pluralidade dos grupos étnicos, sociais, pensados como matéria-prima de aprendizagem e não como conteúdos em datas comemorativas, o que vem ocorrendo nas escolas, segundo apontam as lideranças.

As lideranças quilombolas saem em defesa de uma proposta de educação quilombola proposta nos moldes do que está escrita em (BRASIL,2012) com ênfase na construção de um currículo escolar aberto, flexível e interdisciplinar, buscando articular o conhecimento escolar aos conhecimentos construídos nos quilombos. Uma educação que traga no projeto político-pedagógico as especificidades históricas, culturais, sociais, políticas, econômicas e identitárias das comunidades, envolvendo uma gestão democrática que envolva toda comunidade escolar, sociedade e suas lideranças, devendo a permanência dos alunos na instituição ser garantida por meio da alimentação escolar e da inserção do cotidiano quilombola “no material didático e de apoio pedagógico

⁷ A Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003, alterou a Lei de Diretrizes e Base Nacional – LDB, nº 9394/96, tornando obrigatória a inclusão no currículo oficial escolar brasileiro, nas redes públicas e privadas, o ensino e a aprendizagem da História e Cultura Afro-Brasileira. No âmbito legal, essa lei cria uma política própria do país, de reparação à exclusão da importância do negro nos currículos escolares, sob o respaldo da Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. A Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012, definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica.

produzido em articulação com a comunidade, sistemas de ensino e instituições de Educação Superior”. (Brasil, 2012, p. 26). Como propõe Carril (2017) uma educação quilombola que pense no uso do território, da etnicidade, das narrativas dos sujeitos.

A luta das mulheres lideranças quilombolas do Estado, situa-se numa direção de combate a uma educação escolar como um produto que se negocia na lógica do mercado. O movimento que luta por uma educação quilombola que respeite as diferenças e atenda às demandas das comunidades do RN. Uma educação que contemplem a construção de uma cidadania participativa e uma formação de sujeitos de direito que reconheçam a diversidade e atuem na construção de uma luta quilombola pelo reconhecimento de sua cultura e do território.

As narrativas apresentadas pelas lideranças quilombolas sinalizam nos territórios uma ausência de práticas educativas que contemplem as famílias e a realidade sociocultural local. Pontuam que os currículos escolares, distanciam-se das realidades locais, onde o conhecimento sobre raça e etnia que é incorporado nele, é indiferente e os alunos pouco se reconhecem, levando em conta o contexto europeu e colonial que é trazido pelos materiais didáticos produzidos no sul e sudeste do Brasil. Partindo desse contexto, as mulheres direcionam sua luta para transformar as narrativas das comunidades em história de vida, dando significado ao conjunto de tradições ligadas ao território em currículo escolar. Defendem a implementação da história de vida ligada a territorialidade como ponto chave para a construção de um processo pedagógico significativo, onde a memória passa a dar conta da análise da história do grupo e sua formação social.

As lideranças pleiteiam para suas comunidades uma Educação Escolar Quilombola no qual o processo de ensino e aprendizagens sejam mais abrangentes, apontando para uma inter-relação entre a vida dos quilombolas e a sociedade, tendo como referência a identidade dos grupos. Lutam para garantir processos educativos que estejam voltados para a compreensão dos modos de produção de alimentos, a ocupação do território, os rituais religiosos, as crenças, a forma de produzir a cultura, bens materiais e imateriais. Dialogam no sentido de implementar nas escolas locais, uma educação escolar alicerçada na dinamicidade e na existência de cada grupo, nos espaços informais de convivência: nas casas, nos terreiros, nos locais de encontros religiosos, nas diversas formas da vida cotidiana.

Nas falas das lideranças, há uma defesa da atuação de professores oriundos dos territórios para conduzir o processo educativo dentro das comunidades, do mesmo modo que reforçam a relação de troca de saberes com os mais velhos, os conselhos de anciãos⁸ dentro dos espaços escolares, com o objetivo de fortalecer as identidades locais e os elementos culturais. Trata-se, portanto, da condução da educação por pessoas locais que tenha uma identidade cultural com o contexto e as experiências educativas produzidas a partir das vivências das comunidades quilombolas. Buscam uma identidade do educador para a garantia de sucesso do processo educativo.

De acordo com a proposição de Gusmão (2000), a experiências até aqui apresentadas, dar conta de uma crítica por uma escola porque distancia-se da experiência e do saber dos alunos, situando o educando como uma ser que adentra a instituição escolar sem nenhum tipo de conhecimento, precisando exclusivamente dos saberes escolares. As lutas empreendidas pelas lideranças quilombolas interlocutoras situam em defesa de compreender a educação como um processo de aprendizagem, levando em consideração, uma articulação e trocas entre diferentes.

O artigo nos convida a pensar sobre o lugar social que essas sujeitas ocupam dentro dos espaços de decisões e dentro do sistema de classificações e representações para as comunidades e perante o próprio Estado, levando em consideração o papel que elas ocupam enquanto representantes locais e enquanto cidadãs que cobram os direitos garantidos perante as leis.

De acordo com Teixeira e Macêdo (2020) são grandes os desafios para implementar uma educação quilombola de qualidade, devendo existir uma cooperação entre comunidade, escolas e o entorno, buscando a implementação de políticas públicas educacionais específicas para as comunidades remanescentes de quilombolas. Exige-se também um empenho dos Municípios, Estados e União, buscando garantir os direitos e gerir às propostas de uma educação escolar diferenciada, apropriada ao diálogo das diferenças étnicas e culturais dos territórios pesquisados. Mesmo sendo difícil a luta, as lideranças quilombolas saem em defesa de uma escola que mantenha relações com o entorno, que elas sejam vistas com relação às suas diferenças e especificidades. Uma escola que combata o racismo e as desigualdades evidentes no cenário atual do Brasil.

⁸ Grupos de pessoas mais velha, detentoras de conhecimentos sobre a história local, crenças e outros conhecimentos práticos da vida cotidiana dos grupos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões trazidas pelo artigo pontuam algumas possibilidades do diálogo entre a etnografia na pesquisa em educação. As discussões apresentadas até aqui, servem como forma de direcionar o debate para o encontro entre a antropologia e a educação no sentido de mostrar como pesquisa acadêmica e a reflexão teórica podem contribuir com reflexões sobre as comunidades tradicionais e as lutas por educação dentro da arena pública.

Por outro lado, reforça a construção de uma perspectiva etnográfica que transforma sujeitas que são vítimas de uma sociedade opressora e violenta em atores políticos e sociais que protagonizam resistências e luta por uma educação quilombola de qualidade. Vale pontuar o uso da etnografia, utilizado na pesquisa, como referência para apresentar a luta que perpassa os muros da escola e nos permitiu observar e analisar os discursos que corriam nos processos de entrevistas e nos eventos no qual participamos. Um trabalho etnográfico que traduz embates por políticas públicas e mostra os desafios incorporados na ação de mulheres que atuam como lideranças quilombolas, questionando a quase inexistência do Estado, bem como, sinalizar como as instituições sociais se consolidaram para sustentar a autonegação identitária instaurada por séculos de repressão colonial.

Os caminhos metodológicos que seguimos, são utilizados no sentido de dar conta das atividades desenvolvidas por mulheres lideranças quilombolas que questionam e lutam pela garantia e oferta, dentro de seus territórios, de uma educação quilombola. Uma educação que eleve a escola ao papel de agente responsável pela transformação e promoção de conhecimento de forma diferenciada como mandam as leis, normas e decretos oficiais. Vale pontuar que nas comunidades, como dito anteriormente, vem ocorrendo uma valorização, um reconhecimento das mulheres enquanto construtoras de relações e das tradições culturais, reforçando a preservação de uma identidade quilombola e a luta por direitos, principalmente os que estão fora do alcance e negados para as comunidades.

No âmbito da educação quilombola, o exercício etnográfico aqui apresentado, discorre que a prática entre o diálogo entre a antropologia e educação, se fortalece com a urgência de pensar na luta pela descolonização dos currículos, uma vez que o sentido

dessa batalha reforça a importância de uma formação de professores com foco nas diferenças, pleiteando a construção de uma educação intercultural crítica e antirracista. Do mesmo modo que direciona à análise para o enfoque da experiência da diversidade étnica e cultural, acompanhada por um processo educativo voltado para o reconhecimento das identidades e das especificidades desses indivíduos, promovendo e desafiando escolas, professores e educadores na busca por iniciativas que reforcem e tragam às múltiplas culturas para dentro da instituição escolar e incorporando outras fontes de sabedoria não presentes na educação formal, atribuindo um valor ético e político ao processo educacional, com mudanças que atualizem os currículos escolares e a cultura escolar (CARRIL, 2017).

Ao mesmo tempo, saímos em defesa de uma articulação entre direitos da igualdade e os direitos à diferença, tensão que está presente no desenvolvimento do direito à educação e aponta para a necessidade de estarmos atentos e atuantes no sentido de promover processos educativos que atuem no sentido de estabelecer um diálogo com os educandos e educadores, com o objetivo em atuar na formação de sujeitos de direitos a partir do reconhecimento de suas especificidades de gênero, raça, etnia, territorialidade, classe social, entre outros contextos. Além de direcionar nossos olhares para os saberes históricos e os saberes tradicionais, referência e base da definição de educação quilombola. Uma educação que vem do resultado das aprendizagens adquiridas na vivência cotidiana nos espaços quilombolas, produtores de conhecimentos que devem ser articulados à educação escolar quilombola e em outros espaços escolares.

Por outro lado, o artigo vem discutir o papel exercido pelas mulheres em contextos quilombolas, situando-as como peças fundamentais para a sobrevivência e subsistência, principais responsáveis pela preservação dos saberes tradicionais e para a manutenção das tradições culturais dos territórios. Essas questões surgem como recorte para se pensar nos processos escolares oferecidos para essa população tradicional e aprofundar o diálogo sobre saberes referentes ao papel da mulher em Comunidades Remanescentes de Quilombos, buscando analisar a atuação dessas sujeitas em contextos internos e externos às comunidades de origem.

Nesse sentido vamos caminhando, na busca por uma educação que se volte para as questões dos diferentes grupos que compõe o estado/nação brasileiro e suas diversas trajetórias, articuladas aos processos político-sociais vividos nos diferentes contextos.

pensar a educação escolar em contexto de comunidades quilombolas nos leva a entender sobre a vida sociocultural dessas populações e a memória coletiva, pois é através das narrativas desses grupos que se emergem os saberes dos ancestrais. Assim, passamos a entender a defesa dessas lideranças na defesa de uma educação escolar quilombola pautada nas vivências, com a valorização dos saberes tradicionais e a afirmação da identidade étnico-racial. Diante dessa perspectiva, é necessário à luta dessas mulheres pela descolonização dos currículos da Educação, principalmente para as escolas situadas nas áreas remanescente de quilombos, onde os saberes tradicionais, a memória, a cultura e a história dos sujeitos que foram historicamente invisibilizados e/ou estereotipados sejam incorporadas nas disciplinas escolares.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Marcelo. É a educação um direito humano? Em busca de razões suficientes para se justificar o direito de formar-se como humano. *Revista de Educação*, v. 36, p. 21-27; Rio Grande do Sul: PUC-RS, 2013.

BOURDIEU, P. Os usos sociais da ciência: por uma sociologia do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Direito à Educação, Diversidade e Educação em Direitos Humanos. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 33, n. 120, p. 715-726, jul.-set. 2012 Disponível em: <https://www.cedes.unicamp.br>.

CARMO, Maria Edinalva de Oliveira; FERREIRA, Maria de Fátima de Andrade. In: ODEERE: Revista do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade. ISSN: 2525-4715 – Ano 2020, Volume 5, número 9, Janeiro – Junho de 2020.

CARRIL, Lourdes De Fátima Bezerra. Os desafios da educação quilombola no Brasil: o território como contexto e texto. In: *Revista Brasileira de Educação* v. 22 n. 69 abr.-jun. 2017.

DA CRUZ, Ana C. Juvenal e RODRIGUES, Tatiane C. Educação em comunidades remanescentes de quilombos: implicações políticas e curriculares **Revista Contemporânea de Educação**, vol. 12, n. 23, jan/abr de 2017

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro educador: saberes construídos na luta por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2018.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. Antropologia e Educação: origens de um diálogo. IN.: CADERNOS CEDES. V.18, n.43, Campinas, dez.1997.

GUSMÃO, Neusa. Os desafios da diversidade na escola. In: GUSMÃO, Neusa Ma. Mendes de (org.) **Diversidade, cultura e educação**. Olhares cruzados. São Paulo; Biruta, 200, pp. 83 – 105.

HADDAD, S. O ireito à educação no Brasil; Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação. Curitiba: DhESC Brasil, 2004.

Hall, S. A identidade cultural na pós-modernidade. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora. 2006.

MIRANDA, Carmélia Aparecida Silva. Cordis. Mulheres na história, v. 2, São Paulo, n. 13, p. 109-128, jul./dez. 2014.

PEREIRA, Alexandre Barbosa. Do controverso “chão da escola” às controvérsias da etnografia: aproximações entre antropologia e educação. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 23, n. 49, p. 149-176, set./dez. 2017.

OLIVEIRA, Amurabi; BOIN, Felipe; BÚRIGO, Beatriz Demboski. Quem tem medo de etnografia? In.: Revista Contemporânea de Educação, v. 13, n. 26, jan/abr 2018.

OLIVEIRA, Iris Verena. Educação Escolar Quilombola: relatos de experiência docente In: **ODEERE**, vol 5, no. 9 2020. Dossiê: Quilombos, resistências e ressignificados na contemporaneidade

SANTOS, Maria do Socorro e VIEIRA, José Glebson. “Nós, os morenos. A nação morena é quilombola”: cotidiano, identidade étnica e saberes escolares na educação de quilombolas em Portalegre/RN. In: TASSINARI, Antonella Maria Imperatriz MONTARDO, Deise Lucy Oliveira, VIEIRA José Glebson (org) Antropologia e Educação: refletindo sobre processos educativos em contextos escolares, não escolares e de políticas públicas. UFRN/UFMA, Copiart, 2019

TEIXEIRA, Érica Samily Silva; MACÊDO, Dinalva de Jesus Santana. In.: ODEERE: Revista do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade. ISSN: 2525-4715 – Ano 2020, Volume 5, número 9, Janeiro – Junho de 2020.